

Indenização por uso indevido de marca não exige prova de m f 

Para ter direito   indenização por violação de propriedade industrial, não   preciso provar que houve m f  por parte de quem utilizou irregularmente a marca alheia. Também não   necessário comprovar o prejuízo sofrido, segundo decisão unânime da 3  Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O entendimento foi tomado pelo colegiado ao julgar recurso envolvendo uma empresa fabricante de película plástica para vidros, e uma concessionária de automóveis que utilizou a marca indevidamente em peças publicitárias e anúncios veiculados pela m dia, em 2008. Películas de outra procedência, mas identificadas pela concessionária como se fossem da empresa, faziam parte do “kit feir o grátis”, dado a quem comprasse veículos no período da promo o.

A concessionária foi condenada pelo juiz de primeiro grau a suspender a utiliza o indevida da marca e a pagar 0,1% do produto obtido com as vendas de veículos durante o período da campanha publicitária. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) majorou em R\$ 15 mil a indeniza o por danos morais, mas afastou o pagamento por danos materiais por haver “inúmeras outras fornecedoras de películas de poliéster”.

Perigo de vulgariza o

A fabricante da película recorreu ao STJ, alegando que a Lei de Propriedade Industrial (LPI) garante a repara o de danos materiais independentemente da inten o da concessionária em prejudicá-la. A empresa alegou ainda que, segundo a LPI, em caso de uso indevido de marca, o dano material   presumido.

De acordo com a relatora, ministra Nancy Andrighi, “a marca foi usada indevidamente com o único objetivo de majorar as vendas de veículos e de ampliar o lucro obtido” pela concessionária.

“Quanto ao ponto, releva consignar que, apesar de os anúncios publicitários fazerem men o expressa   marca, restou incontroverso nos autos que as películas de prote o solar aplicadas nos automóveis comercializados pela recorrida (concessionária) não eram aquelas fabricadas pela recorrente, fato capaz de confundir o consumidor e que pode resultar, via de consequência, na vulgariza o da marca”, avaliou a relatora.

Prova difícil

Nancy Andrighi ressaltou entendimento já manifestado pela 3  Turma no sentido de que a repara o do dano material decorrente de viola o de propriedade industrial não depende da demonstra o do prejuízo, “até porque, na grande maioria dos casos em que há viola o do direito marcário, essa prova   dif cil  de ser feita”.



“Daí que, para a configuração do dano, na hipótese, prescinde-se da análise da intenção da recorrida (concessionária) em prejudicar a recorrente ou da comprovação dos prejuízos econômicos experimentados”, concluiu a ministra, ao acolher o recurso da empresa para condenar a concessionária ao pagamento de danos materiais. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Autores: Redação Conjur